

Edição nº 28 – 24 a 28 de abril

ESTATUTO DO DESARMAMENTO NA MIRA DO CONGRESSO

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) nº 3.722/2012, de autoria do Deputado Rogério Mendonça (PMDB-SC), que tem por objetivo revogar inteiramente o Estatuto do Desarmamento, flexibilizando as regras para aquisição, posse, circulação e porte de armas de fogo por parte da população.

O Estatuto do Desarmamento estabelece que o interessado em obter registro de arma de fogo deve declarar a efetiva necessidade da arma. Esse requisito, sujeito a um juízo de valor por parte da Polícia Federal, acaba por eliminar a possibilidade de os cidadãos obterem o registro. A praxe é que quase todos os pedidos sejam negados.

O interessado pode pleitear a posse ou o porte da arma de fogo. No primeiro caso, o armamento pode permanecer municiado apenas no interior da residência ou do comércio. Já o porte autoriza o titular a portar a arma municiada em todo o território nacional.

De acordo com o relatório apresentado em 2015 pelo Deputado Laudívio Carvalho (PMDB-MG) ao PL 3.722/2012, o interessado em obter o registro para posse ou porte de arma de fogo poderá fazê-lo desde que cumpra com requisitos objetivos, como idade mínima de 21 anos, ausência de condenação penal dolosa e comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica. O texto prevê expressamente que a expedição de licença para aquisição de arma de fogo é ato vinculado – ou seja, não há margem de discricionariedade para que o Estado

recuse a licença uma vez cumpridos os requisitos elencados no texto legal.

Em ambos os casos há regras a serem obedecidas para armazenamento da arma e até mesmo sanções criminais para determinadas condutas, como disparar arma de fogo ou então deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menores de 18 anos se apoderem da arma. As empresas que comercializarem armas deverão ser registradas pelo Exército.

Outra mudança proposta no PL é o prazo de registro. Atualmente, aqueles que possuem armas de fogo devem atualizar o registro de três em três anos mediante renovação das certidões de capacidade técnica e de aptidão psicológica. Caso aprovado o novo projeto, o registro passará a ser permanente. O porte, por sua vez, terá validade de 10 anos.

Em 2005 a população brasileira participou de um referendo em que optou pela possibilidade da comercialização de armas de fogo em território nacional (64% dos votos válidos). O assunto é polêmico e entidades que observam os mesmos dados, como número de homicídios por arma de fogo, atingem diferentes conclusões. Enquanto alguns defendem que o desarmamento contribui para a redução da violência e da criminalidade, outros entendem o contrário.

No último dia 08 de março o Deputado Alberto Fraga (DEM-DF) apresentou um requerimento de urgência para apreciação do projeto em Plenário, mas o pedido ainda não foi apreciado.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

Luiz Fernando Visconti (lvisconti@tozzinifreire.com.br).

www.tozzinifreire.com.br

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA – SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL APROVA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO, QUE VAI À SANÇÃO

O Plenário do Senado Federal aprovou, na última terça-feira, com algumas modificações propostas pelo Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 7/2016, apresentado ao Projeto de Lei do Senado nº 288/2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que institui a Nova Lei de Migração. O PL visa regular os direitos e deveres do migrante e do visitante, sua entrada e estada no Brasil e estabelece princípios e diretrizes para as políticas e garantias direcionadas ao emigrante, substituindo o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980).

O texto aprovado traz diversas alterações na legislação migratória brasileira. Entre elas, a nova lei tipifica como crime a conduta de quem promove a entrada ilegal de estrangeiros em território nacional ou de brasileiro em país estrangeiro, submetendo o infrator à pena de reclusão de dois a cinco anos e ao pagamento de multa. A redação aprovada proíbe medidas compulsórias de retirada de estrangeiros, tais como deportação, expulsão e repatriação, em caso de ameaça à vida ou à integridade pessoal do estrangeiro.

O texto aceito pelo Senado traz, ainda, alterações em relação à concessão de vistos, entre elas a extinção do visto permanente. Em seu lugar, cria a 'autorização de residência', que poderá ser concedida em uma série de situações, como acolhida humanitária, estudo, trabalho, realização de investimento, oferta de trabalho, entre outros. Os vistos emitidos antes do início de vigência da

nova lei poderão ser utilizados até a data de sua expiração. A proposição prevê ainda a concessão de residência aos imigrantes que, tendo ingressado no território nacional até 06/07/2016, apresentarem requerimento no prazo de um ano após o início da vigência da lei, independentemente de sua situação migratória prévia.

O substitutivo apresentado pela Câmara incluía como um dos princípios norteadores da política migratória a "proteção ao mercado de trabalho nacional". O Senado, no entanto, suprimiu este princípio, seguindo o relatório do Senador Jereissati, para quem, além de essa diretriz ser dúbia, o mercado de trabalho não deve ser fechado e a migração é um fator de seu desenvolvimento.

O Senado também excluiu dispositivo acrescentado ao texto pela Câmara que criava o Conselho Nacional de Migração, vinculado ao Ministério do Trabalho, para suceder o atual Conselho Nacional de Imigração. De acordo com o Senador Jereissati, esse dispositivo apresentava vício de iniciativa, pois um projeto de lei de origem do Senado Federal não tem competência para criar órgão da Administração Pública federal, competência esta privativa de projeto de lei de autoria do Poder Executivo.

O projeto será encaminhado ao Presidente da República, que deverá sancioná-lo ou vetá-lo, parcial ou totalmente, em 15 dias úteis.

DESTAQUES DA ÚLTIMA SEMANA – CÂMARA DOS DEPUTADOS

APROVADA A URGÊNCIA PARA DELIBERAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA

Na última quarta-feira (9), o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, por 287 votos a favor e 144 contra, o Requerimento nº 6.292/2017, apresentado por líderes partidários, para a apreciação, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 6.787/2016, de autoria do Poder Executivo, que trata da Reforma Trabalhista. O PL está sendo analisado por uma Comissão Especial, sendo relatado pelo Deputado Rogério Marinho (PSDB-RN). Com a aprovação do regime de urgência, o Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), já incluiu a matéria na Ordem do Dia do Plenário desta semana e a intenção do governo é votá-la o mais rápido possível para que siga ao Senado Federal.

CAPADR APROVA PL QUE ALTERA A LEI DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) aprovou, na última quarta-feira, o Projeto de Lei nº 4.131/2015, que altera a Lei de Gestão de Florestas Públicas para conceder compensação financeira a produtores rurais da Amazônia Legal e das regiões abrangidas pelo Cerrado, pela manutenção de áreas cobertas por florestas, de autoria do Deputado Augusto Carvalho (SD-DF). A proposição será submetida, ainda, à análise das Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA), de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC).

CCJC APROVA PLS QUE ALTERAM O GTN E O CDC

A Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania da Câmara (CCJC) aprovou, na última quinta-feira, o Projeto de Lei (PL) nº 1.729/2015, que altera o Código de Trânsito Brasileiro para tornar obrigatório o teste de impacto nos dispositivos de retenção para o transporte de crianças em veículos, de autoria do Deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ).

Também na quinta-feira, a CCJC aprovou o PL nº 2.092/2015, de autoria do Deputado Augusto Coutinho (SD-PE), que altera o Código de Defesa do Consumidor para disciplinar as informações de preços de serviços continuados, entre outros. Ambas as proposições foram aprovadas em apreciação conclusiva pelas Comissões e, se não forem interpostos recursos por 1/10 dos deputados (51 deputados) para levar as proposições para

apreciação pelo Plenário da Câmara, serão encaminhadas diretamente à análise do Senado Federal.

CDC APROVA OBRIGAÇÕES ÀS OPERADORAS DE TELEFONIA CELULAR NA MODALIDADE PRÉ-PAGA

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) aprovou, na última quarta-feira, o Projeto de Lei nº 3.272/2015, de autoria do Deputado Fábio Ramalho (PV-MG), que altera a Lei Geral de Telecomunicações para obrigar as operadoras de telefonia celular que prestam serviço na modalidade pré-paga a enviar a seus assinantes informações sobre os serviços contratados. A proposição ainda deverá ser submetida às Comissões de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC).

CDEICS APROVA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS NO CAPITAL DE EMPRESAS AÉREAS BRASILEIRAS

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) aprovou, na última quarta-feira, o Requerimento nº 96/2017, apresentado pelo Deputado Lucas Vergílio (SD-GO), para realização de audiência pública para debater a possibilidade de autorização legal para que grupos estrangeiros detenham até 100% do capital de empresas aéreas brasileiras. Serão convidados para participar da audiência o Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), Sr. Vinícius Lummertz, representantes do Ministério do Turismo, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, da International Air Transport Association (IATA), da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR), entre outros.

CDEICS APROVA PL QUE TORNA OBRIGATÓRIA A APROVAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

A CDEICS aprovou, na última quarta-feira, o PL nº 6.899/2013, que torna obrigatória a prévia aprovação e certificação por órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego para a comercialização de máquinas e equipamentos de trabalho utilizados na construção civil, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS). A proposição será agora submetida à análise das Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC).

AGENDA DA SEMANA

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)
25/04/2017, ÀS 10H

Projeto de Lei nº 150/2016, altera a lei que dispõe sobre o registro público de empresas mercantis e atividades afins, para prever que é suficiente a apresentação de requerimento na Junta Comercial para a baixa dos registros da empresa, no prazo máximo de dois dias úteis, em todos os órgãos federais, estaduais, distritais ou municipais.

Autor: Sen. Hélio José (PMDB-DF)

Relator: Sen. Valdir Raupp (PMDB-RO)

Relatório: pela aprovação nos termos do substitutivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)

26/04/2017, ÀS 10H

Projeto de lei do Senado nº 280/2016, que define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências.

Autor: Sen. Renan Calheiros (PMDB-AL)

Relator: Sen. Roberto Requião (PMDB-PR)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

24/04/2017, ÀS 15H, 25/04/2017, ÀS 9H, E 26/04/2017, ÀS 9H

Projeto de Lei de Conversão nº 3/2017, decorrente da Medida Provisória nº 752/2016, que dispõe sobre diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria que especifica e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

Relator: Dep. Sergio Souza (PMDB-PR)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

Projeto de Lei Complementar nº 343/2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.

Autor: Poder Executivo

Relator: pendente de indicação.

Relatório: ainda não apresentado.

FIQUE DE OLHO

Projeto de Lei nº 6.787/2016, que trata da proposta do Poder Executivo sobre a Reforma Trabalhista.

Autor: Poder Executivo

Relator: Dep. Rogério Marinho (PSDB-RN)

Relatório: pela aprovação, com emendas.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL (CAPADR)

26/04/2017, ÀS 10H

Projeto de Lei nº 5.058/2016, que institui o Programa Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas e altera a Lei do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), para excluir da área tributável dos imóveis rurais as áreas degradadas em recuperação ou efetivamente recuperadas.

Autor: Dep. Irajá Abreu (PSD-TO)

Relator: Dep. Lázaro Botelho (PP-TO)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJC)

25/04/2017, ÀS 14H30

Projeto de Lei nº 2.813/2000, do Senado Federal, que estabelece a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras das sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

Autor: CPI do Sistema Financeiro de 1986

Relator: Dep. Arthur Lira (PP-AL)

Relatório: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo.

Projeto de Lei nº 4.917/2009, que altera o Código Civil para possibilitar expressamente que as sociedades estrangeiras sejam sócias, acionistas ou cotistas de sociedade brasileira.

Autor: Dep. Carlos Bezerra (PMDB-MT)

Relator: Dep. Rodrigo Pacheco (PMDB-MG)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

Projeto de Lei nº 4.754/2016, que tipifica como crime de responsabilidade dos ministros do Supremo Tribunal Federal a usurpação de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo.

Autores: Dep. Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ) e outros

Relator: Dep. Marcos Rogério (DEM-RO)

Relatório: pela aprovação, com emenda.

Proposta de Emenda à Constituição nº 306/2017, que altera a Constituição Federal para inserir no rol de cargos privativos de brasileiros natos o de senador da República, de governador e vice-governador e de Ministro das Relações Exteriores.

Autor: Dep. Hildo Rocha (PMDB-MA)

Relatora: Dep. Soraya Santos (PMDB-RJ)

Relatório: pela admissibilidade.

Relator: Dep. Sergio Souza (PMDB-PR)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJC)
26 E 27/04/2017, ÀS 9H30

FIQUE DE OLHO

Proposta de Emenda à Constituição nº 282/2016, do Senado Federal, que trata da reforma política, alterando a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e funcionamento parlamentar dos partidos políticos, estabelecendo, ainda, normas de transição.

Autor: Senado Federal

Relator: Dep. Betinho Gomes (PSDB-PE)

Relatório: pela admissibilidade.

26/04/2017, ÀS 15H30

Audiência Pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 329/2013, que altera a forma de composição dos Tribunais de Contas, submete os membros do Ministério Público de Contas ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e os Conselheiros e Ministros dos Tribunais de Contas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e dá outras providências.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)
26/04/2017, ÀS 9H30

Projeto de Lei nº 7.204/2014, que dispõe sobre inovação de modelos de automóveis e motocicletas ofertados no mercado de consumo, proibindo os fabricantes a modificar técnica, estética ou mecanicamente automóveis e motocicletas ofertados no mercado de consumo, pelo período inferior a um ano.

Autor: Dep. Onofre Santo (PSD-SC)

Relator: Dep. Chico Lopes (PCdoB-CE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)
26/04/2017, ÀS 9H

Audiência Pública com a participação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para debater as possíveis consequências para o desenvolvimento econômico do País decorrentes da "Operação Carne Fraca", realizada pela Polícia Federal.

26/04/2017, ÀS 9H30

Audiência Pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 329/2013, que altera a forma de composição dos Tribunais de Contas, submete os membros do Ministério Público de Contas ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e os Conselheiros e Ministros dos Tribunais de Contas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e dá outras providências.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)
26/04/2017, ÀS 9H30

Projeto de Lei nº 7.204/2014, que dispõe sobre inovação de modelos de automóveis e motocicletas ofertados no mercado de consumo, proibindo os fabricantes a modificar técnica, estética ou mecanicamente automóveis e motocicletas ofertados no mercado de consumo, pelo período inferior a um ano.

Autor: Dep. Onofre Santo (PSD-SC)

Relator: Dep. Chico Lopes (PCdoB-CE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)
26/04/2017, ÀS 9H

Audiência Pública com a participação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para debater as possíveis consequências para o desenvolvimento econômico do País decorrentes da "Operação Carne Fraca", realizada pela Polícia Federal.

26/04/2017, ÀS 9H30

Projeto de Lei nº 7.150/2017, que altera o Código Civil para estabelecer parâmetros para a aferição do valor da quota do sócio devedor de credor particular de sociedade em nome coletivo.

Autor: Francisco Floriano (DEM-RJ)

Relator: Dep. Lucas Vergilio (SD-GO)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)
26/04/2017, ÀS 10H

Projeto de Lei Complementar nº 103/2011, que institui o Estatuto da Microempresa Rural e da Empresa Rural de Pequeno Porte, criando normas gerais no tocante à constituição jurídica das sociedades, a apuração e recolhimento de impostos, entre outros.

Autor: Dep. João Rodrigues (PSD-SC)

Relator: Dep. Simone Morgado (PMDB-PA)

Relatório: pela rejeição.

FIQUE DE OLHO

Projeto de Lei Complementar nº 105/2015, que modifica a Lei Complementar nº 87/1996, para excluir da incidência de ICMS os serviços de valor adicionado (over-the-top services - OTT).

Autor: Dep. Aureo (SD-RJ)

Relator: Dep. Edmilson Rodrigues (PSOL-PA)

Relatório: pela rejeição.

Projeto de Lei nº 8.322/2014, que isenta do Imposto sobre Importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.

Autor: Sen. Ataídes Oliveira (PSDB-TO)

Relator: Dep. Miro Teixeira (REDE-RJ)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (CTASP)

26/04/2017, às 10H

Projeto de Lei nº 5.827/2013, que disciplina integralmente as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus. O projeto propõe a manutenção da sistemática de realizar o recolhimento de metade no ajuizamento e a outra metade na eventualidade de interposição de recursos. Contudo, inova em alguns pontos, como a inclusão da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil, quando atuantes na defesa de suas prerrogativas institucionais, entre os isentos de pagamento das custas.

Autor: Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Relator: Dep. André Figueiredo (PDT-CE)

Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES (CVT)

26/04/2017, às 10H

Projeto de Lei nº 4.969/2016, que altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para incluir o dispositivo de alerta de sono do condutor entre os equipamentos obrigatórios dos veículos de carga e de transporte de passageiros com mais de dez lugares.

Autor: Dep. Lincoln Portela (PRB-MG)

Relatora: Dep. Christiane de Souza Yared (PR-PR)

Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (CTB)

25/04/2017, às 15H

Reunião para apresentação do parecer do Relator, Deputado Sérgio Luís Lacerda Brito (PSD-BA).

COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA POLÍTICA

26/04/2017, às 14H30

Reunião para discussão e votação do Relatório Parcial apresentado pelo Relator, Deputado Vicente Candido (PT-SP).

